

Quinta-Feira, 22 de Outubro de 2026

Operação investiga suposto esquema de corrupção e chantagem contra vereadores em Várzea Grande

Gaeco apura suspeitas de gravações clandestinas usadas para coagir parlamentares na eleição da Mesa Diretora

Operação Cathedra Venalis foi deflagrada para investigar um possível esquema de corrupção, compra de votos e organização criminoso relacionado à eleição da presidência da Câmara Municipal de Várzea Grande. O Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) suspeita que vereadores tenham sido intimidados com a ameaça de divulgação de vídeos comprometedores para garantir apoio político.

De acordo com os autos processuais, o escritório de Wanderley Cerqueira (MDB) teria servido como local para registrar encontros clandestinos com parlamentares. Nesses encontros, discutiam-se propostas de pagamento em troca de suporte votação. O material gravado seria posteriormente utilizado como instrumento de coerção contra os vereadores que aceitassem as propostas, impedindo que retirassem seu apoio político.

Para reforçar o controle político, os parlamentares também teriam sido forçados a assinar documentos de renúncia. Esses documentos permaneceriam sob controle do grupo investigado e poderiam ser acionados como forma de pressão em momentos estratégicos. O vereador Kleberton Feitoza (PSB) é apontado como um dos responsáveis pela utilização das gravações para constranger colegas.

A vereadora Rosi Prado (União) chegou a formalizar uma ocorrência policial após relatar ameaças de exposição de conteúdo e informações que poderiam prejudicar sua reputação pública.

Depoimentos revelam intimidações sistemáticas

O vereador Caio Cordeiro (Novo) prestou depoimento crucial aos investigadores relatando perseguições sistemáticas após se posicionar contrário à reeleição de Wanderley. Uma das ameaças consistia na possível divulgação de material audiovisual no qual ele supostamente receberia recursos do presidente da Câmara. Cordeiro esclareceu que havia realizado empréstimos financeiros pessoais com Wanderley e levantou a possibilidade de que essas transações tivessem sido registradas sem seu consentimento, para serem posteriormente apresentadas como supostos repasses ilícitos.

O parlamentar também descreveu represálias dirigidas contra sua pessoa, envolvendo exoneração de colaboradores vinculados ao seu departamento e ameaças de exposição pública. Segundo seu relato, as pressões se estenderam até sua carreira profissional como comunicador, sugerindo que seu desligamento da TV Cidade Verde estaria associado ao rompimento político com Wanderley.

Outros depoimentos coletados pelo Gaeco indicam perseguições contra parlamentares que descontinuaram o apoio ao grupo, caracterizadas por demissões de assessores, intimidações e ameaças à integridade moral e profissional dos servidores públicos.

Abrangência da investigação

A operação executou 30 mandados de busca e apreensão em Cuiabá, Várzea Grande e Chapada dos Guimarães. Os alvos incluem Wanderley Cerqueira, além dos vereadores Rogerinho da Dakar (PSDB), Raul Curvo (Republicanos), Gisa Barros (Podemos), Cilcinho (PV), Braz Jaciro (PSDB), Alessandro Moreira (MDB), Wender Silva (Republicanos), Denival Galibert (PSB), Miguel Angel (Cidadania), Lucélia Oliveira (Agir), Kleberton Feitoza (PSB) e Emerson Cesar (PP).

A investigação também abrange Lorineide Aparecida Trindade Inha (Lori), diretora financeira da Câmara, e Samir Japonês (PL), secretário legislativo. Os vereadores cuiabanos Ilde Taques e Alex Rodrigues, ambos do

Podemos, também integram a lista de investigados.

O Gaeco trabalha na identificação dos envolvidos nas negociações de votos, na rastreabilidade dos recursos financeiros movimentados e na comprovação da utilização de coerção e intimidação para influenciar a composição da Mesa Diretora do Legislativo municipal.